CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Ano VI - Nº 3.553 Sexta-feira, 26 de Novembro de 2010

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

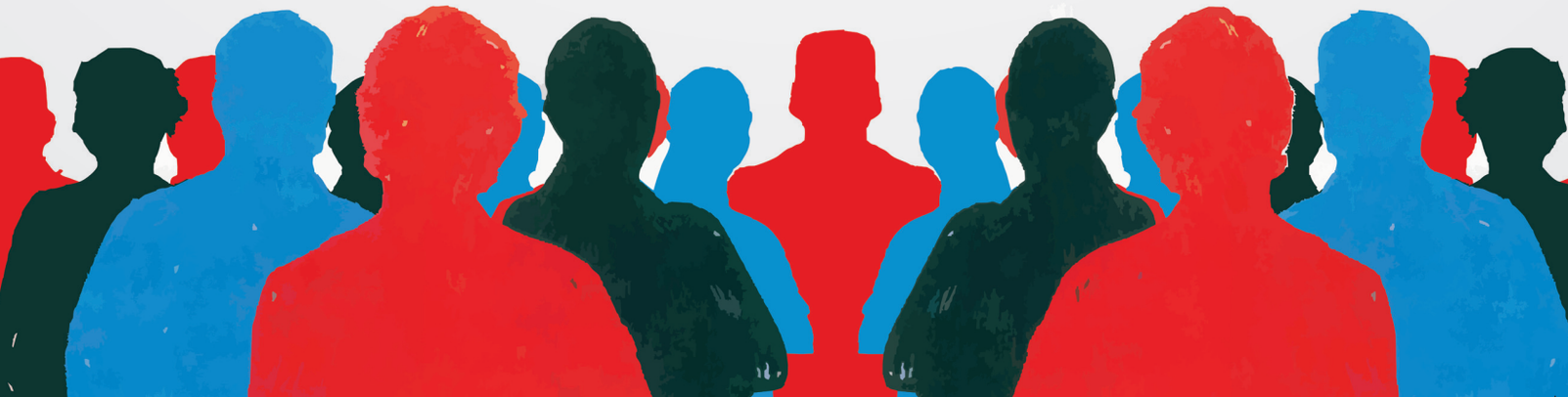
Câmara debate a democracia racial

O vereador Henrique Carballal requereu e presidiu a sessão



Mais de dois terços dos 500 anos da história do Brasil foram marcados por uma sociedade escravocrata. "Não podemos negar que este sistema deixou marcas", constatou o promotor de Justiça Almiro Sena durante a palestra "Direitos humanos sob a perspectiva étnico-racial no Brasil", que antecedeu a noite de autógrafos do seu livro "A cor da pele: na sociedade racista do Brasil, o normal é ser branco". Os eventos foram realizados na terça-feira (23) à noite na Câmara Municipal de Salvador, por iniciativa do vereador Henrique Carballal (PT) e integraram a programação pelo Mês da Consciência Negra. Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público (CEAF) e titular da Promotoria de Combate ao Racismo do MPE, Sena procura desconstruir o mito da democracia racial, argumentando que "não há como superar essa herança racista sem, primeiro, admitir a sua existência".

Leia mais na página 2



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Alan Sanches
alansanches@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Paulo Magalhães Jr.
pmjunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Gilberto José
gilbertojose@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Erivelton Santana
eriveltonsantana@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Sidelvan Nóbrega
sidelvannobrega@cms.ba.gov.br

2ª Secretária:
Vânia Galvão
vaniagalvao@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

Corregedor Geral:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

Ouvidor Geral:
Odiosvaldo Vigas
odiosvaldovigas@cms.ba.gov.br

Assessoria de Comunicação

Assessor Chefe
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3321-3918
(71) 3320-0380 (fax)
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

Câmara Municipal de Salvador
Praça Municipal - CEP 40010-020
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

Henrique Carballal presidiu a sessão pelo Mês da Consciência Negra



Fotos: Valdemiro Lopes

Democracia racial: mito ou realidade?

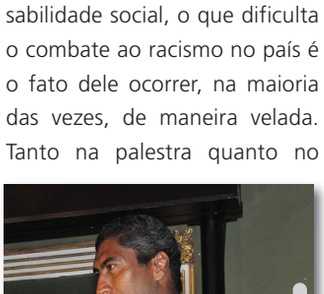
Almiro Sena diz que é preciso reconhecer o racismo para combatê-lo

Mais de dois terços dos 500 anos da história do Brasil foram marcados por uma sociedade escravocrata. "Não podemos negar que este sistema deixou marcas", constatou o promotor de Justiça Almiro Sena durante a palestra "Direitos humanos sob a perspectiva étnico-racial no Brasil", que antecedeu a noite de autógrafos do seu livro "A cor da pele: na sociedade racista do Brasil, o normal é ser branco".

Os eventos, realizados na terça-feira (23) à noite na Câmara Municipal de Salvador, por iniciativa do vereador Henrique Carballal (PT), integraram a programação pelo Mês da Consciência Negra. Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público (CEAF) e titular da Promotoria de Combate ao Racismo do MPE, Sena procura desconstruir o mito da democracia racial, argumentando que "não há como superar essa herança racista sem, primeiro, admitir a sua existência".

Respeito às diferenças

Em outras palavras, substituir o discurso de que "não somos racistas" por um debate sobre a questão étnico-racial. Segundo o promotor Almiro Sena, pós-graduado em desenvolvimento humano e responsabilidade social, o que dificulta o combate ao racismo no país é o fato dele ocorrer, na maioria das vezes, de maneira velada. Tanto na palestra quanto no livro, ele sustenta que a cor da pele influencia na existência da exclusão social e que a negação do preconceito dificulta a implementação de medidas de promoção da igualdade.



O vereador Henrique Carballal, presidente da Comissão de Direitos do Cidadão, que requereu e presidiu a sessão, defendeu a implantação de políticas de reparação para corrigir as injustiças históricas contra os afrodescendentes. "Somos iguais e somos diferentes e é justamente pelo respeito às nossas diferenças que construímos a nossa igualdade", pregou.

A mesa da sessão foi composta com as presenças do procurador-geral de Justiça, Wellington César; do comandante da Polícia Militar da Bahia, coronel Nilton Régis Mascarenhas; do secretário municipal da Reparação, Ailton Ferreira, que representou o prefeito João Henrique Carneiro; do deputado estadual Bira Coroa; do tenente-coronel José Jorge Nascimento, comandante do 18º Batalhão – Centro Histórico; do historiador Jaime Sodré e da egbomi Nice de Oiá, do terreiro da Casa Branca.



Promotor Almiro Sena fez palestra sobre direitos humanos e lançou "A cor da pele: na sociedade racista do Brasil, o normal é ser branco"

ARTIGO



Políticas públicas ameaçadas pelo próprio estado, face a reabilitação do homem agressor

Soa estranho afirmar que um homem agressor e que vitima suas mulheres queira mesmo se reabilitar para não reicindir com tantas outras. Esta é exatamente a proposta desta reflexão: o agressor na perpectiva da Lei Maria da Penha, lei esta que comprova como o Brasil negligenciou as questões de violência doméstica contra a mulher em consequencia disto, sofreu as penalizações pela corte americana tendo que indenizar uma das suas maiores vítimas dando a ela, não uma homenagem, mas sim a compensação adequada, na forma da Lei 11.340/2006 "Lei Maria da Penha" que atualmente funciona como um instrumento de proteção, prevenção e punição, combatendo as violações dos direitos humanos da mulher sobretudo pelo ineditismo de reeducar e reabilitar o homem agressor.

Neste aspecto não haverá mudança substancial quando o trabalho é voltado apenas para a vítima, pois se a outra parte permanece do mesmo jeito, a situação pode tornar-se mais violenta. Indelevelmente a Lei surge como um marco ao déficit do sistema jurídico brasileiro em toda a história dos direitos humanos, rompendo hegemonias e estigmas masculinos perpetrados pelo sistema patriarcal enraizado em nossa cultura. Por conta disso é que importa ações que desdobrem numa análise intrínseca que servirá como parâmetro de mudanças comportamentais de consciência plena no seio da sociedade masculina delituosa. Deste modo ocorrerá a valorização e o empoderamento das mulheres, respaldando o desejo de mudança das partes envolvidas, para que exista a possibilidade de transformação na relação, até porque, é muito mais significativo, já que o índice de mulheres que se mostram mais desejosas em recuperar do que punir seus companheiros.

Os trabalhos realizados com homens autores de violência tiveram início por volta dos anos 80 nos Estados Unidos e no Canadá, na década de 90, surgiram outras intervenções em países como Austrália, França, Reino Unido e nos países escandinavos. Na América Latina o país pioneiro foi a Argentina, seguida do México, que teve o grupo de maior influência neste continente, o Colectivo de Hombres por Relaciones Igualitárias/CORIAC, que após encerrar suas atividades deu origem a quatro novas organizações. Solenemente o Brasil adotou a recomendação da ONU no compromisso de elaborar leis que promovessem políticas públicas destinadas a igualdade de gênero, possuidora de cunho educacional dando um grande passo para a construção de uma justiça cada vez mais próxima aos anseios e proteção dos direitos femininos tão debatidos pelo direito internacional.

Este tipo de abordagem é recente e em número incipiente. Podemos citar o Instituto NOOS, do Rio de Janeiro, a Pró-Mulher, Família e Cidadania, de São Paulo e o Instituto Albam (ONG), com o grupo Andros de Belo Horizonte. Temos ainda a Lei 11.489 de junho de 2007, que instituiu o dia 6 de dezembro como Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, medida que visa aumentar a visibilidade do tema frente a sociedade. O que se lamenta é o olvidar de todos esses tratados face ao retrocesso promovido no estado da Bahia em esfacelar a equipe multidisciplinar da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar com o argumento impositivo do CNJ. O trabalho desenvolvido já marcava o inicio de ações práticas através de sua equipe multidisciplinar, apontando as causas geradoras da violência através do perfil da vítima e do agressor, denominado de Grupo Reflexivo de Homens Autores de Violência Doméstica o que lamentavelmente não existe mais, numa límpida demonstração desta terceira via de violação do direito das mulheres.

Urge, portanto, que o desafio de estabelecer, resgatar ou implementar efetivamente políticas públicas para o agressor, antes, este processo perpassa atualmente em romper com o paradoxo e a hegemonia do próprio Estado, que determinadas vezes promove e pratica à violência doméstica. Nesse sentido é que o Estado ao mesmo tempo em que é o autor da concretização da legislação por ele chancelada, ao mesmo tempo volta e se torna o maior óbcie aos avanços e conquistas da questão de gênero. Ilustrativamente vale lembrar o episódio do magistrado opositor Edilson Rodrigues da cidade de Sete Lagoas, Minas Gerais, que resistia à aplicação da "Lei Maria da Penha" desconsiderando os alarmantes indícios, ou como já afirma a própria Penha em seus discursos: "Este deve ser um legítimo agressor!".

O esforço para desconstrução desta cultura de violação, exclusão, intolerância e discriminação é que faz da Comissão de Mulheres da Câmara, da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar, do próprio movimento de mulheres e de toda sociedade civil organizada um instrumento de suma importância para efetivação da Lei 11.340/06, sem perder de vista o desatar das amarras mutiladoras do protagonismo, da cidadania e da dignidade da pessoa humana, sem descuidar da sutil "naturalização" que compromete todo o destino da humanidade, sustentado neste ser chamado mulher, que compõe a maior fatia da sociedade e da outra parte que sobra- os homens, ela é mãe. Portanto, se esta sociedade insistir em negar os direitos fundamentais da mulher estaremos todos fadados a comprometer o futuro da humanidade.

VEREADORA TIA ERON (DEM)
Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

CÂMARA MUNICIPAL

44ª SESSÃO ORDINÁRIA
2º PERÍODO LEGISLATIVO
16ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 29 DE NOVEMBRO DE 2010 - 14h30min.

1 - EXPEDIENTE

1.1. Leitura, Discussão, votação Ata (2º secretário)
1.2. Leitura Expediente (1º secretário)

1.3. TRIBUNA POPULAR 20'

1.4. Inscrição **Pinga-Fogo** (5 minutos)

1 -
2 -
3 -
4 -
5 -

Representações partidárias

Ordem	*Partido*	*Tempo em minutos*
1	L/O	05'
2	L/G	05'
3	PCdoB	10'
4	PRB	10'
5	PTB	05'
6	PR	10'
7	PMDB	10'
8	PSC	10'
9	DEM	10'
10	PT	15'
11	PSDB	10'
12	PTdoB	05'

EXPEDIENTE DA MESA

ATO Nº. 864/201

Cria Comissão de Transmissão de Governo, para oferecer suporte à futura administração da Câmara Municipal de Salvador e dá outras providências.

A MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR no uso de suas

atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 2, item 2 da Resolução 1270/08, do Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, e a conveniência de propiciar todos os meios para que a futura administração da Câmara Municipal de Salvador não sofra solução de continuidade.

RESOLVE :

Art. 1º - Designar os servidores, JOSÉ RODRIGUES NETO, mat. 2039, ANTONIO JORGE LIMA CARNEIRO, mat. 2028, TATIANA VALENTINA MARQUES DE ARAUJO GÓES E FERNANDES, mat. 6004, FLORISMAR PEREIRA DE ANDRADE, mat. 6005 para, sob a presidência do primeiro, aqui designado, compor a COMISSÃO DE TRANSMISSÃO DE GOVERNO, com a finalidade especifica de prestar suporte administrativo e operacional aos futuros integrantes da Mesa Executiva a ser eleita e instalada no dia 02 de janeiro de 2011.

Art. 2º - Na ausência ou impedimento do Presidente, aqui designado, este será substituído por qualquer dos membros da Comissão.

Art. 3º - Os órgãos componentes da estrutura desta Casa Legislativa ficam obrigados a fornecer as informações solicitadas pelo Presidente da Comissão de Transmissão, bem como a prestar apoio técnico e administrativo necessário ao seu regular desempenho.

Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos até 31 de dezembro de 2010.

MESA EXECUTIVA DA CAMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, em 25 de novembro de 2010.

ALAN SANCHES
Presidente

SIDELVAN DE A. NÓBREGA
1º Secretário

VANIA GALVÃO
2º Secretário

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 20/2010

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Criar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais – CIPAD, com o objetivo de realizar estudos e propor medidas para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais no âmbito da Câmara Municipal de Salvador.

A Comissão será constituída pelos seguintes membros:

1- Rita de Cássia Lopes Gomes, cad.2188,Setor de Treinamento e Assistência Social - CRH, que a presidirá;
2 - Cristina Maria Assunção, cad. 9021, Setor de Cadastro -CRH;
3 - Maria Tereza Vasconcelos de Souza, cad. 3040, Setor Médico e Odontológico - CRH;
4 - Enilson Ferreira Lima, cad. 3334, Setor de Patrimônio – Coordenação de Material e Patrimônio;
5 - Alessandra Cabral, cad. 182, Assistência Militar;
6 - Luciana Cardoso Ramos, estagiária, cad.13.009. Setor de Treinamento e Assistência Social - CRH.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 22 de novembro de 2010

ALAN SANCHES
Presidente

PORTARIA Nº 021/2010

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 10, "*b*", item 1 da Resolução nº 1060/05, do Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia,

RESOLVE:

Designar os servidores **HILTON DE ABREU SANTA RITTA** – mat. 0028, **ARNALDO LESSA SILVEIRA** – mat. 2010 e **SUZETH CERQUEIRA DE ALMEIDA** – mat. 0107 para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão que deverá lavrar o Termo de Conferência de Caixa, desta Casa Legislativa, relativa ao exercício financeiro corrente devendo o respectivo termo ser lavrado até o dia 31 de dezembro de 2010.

Salvador, 25 de novembro de 2010.

ALAN SANCHES
Presidente

PORTARIA Nº 022/2010

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 10, item 1 da Resolução nº 1060/05, do Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia,

RESOLVE:

Designar os servidores **ALBERTO LUIZ BELTRÃO PINTO** - mat. 2047, **ADAUTO SANTOS FERREIRA** – mat. 2160 e **VALFRAN FACCHINETTI RIBEIRO** – mat. 3320 para, sob a presidência do primeiro, procederem ao inventário dos bens patrimoniais e de consumo desta Casa Legislativa, lavrando o respectivo termo até o dia 31 de dezembro de 2010.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 25 de novembro de 2010.

ALAN SANCHES
Presidente

EXPEDIENTE DA DIRETORIA FINANCEIRA

RETIFICAÇÃO

No resumo do APOSTILAMENTO Nº 55/2010, publicado no DOL de 27, 28 e 29 de janeiro de 2010, página 18.

ONDE SE LÊ: ... Termo Aditivo ao Contrato CMS n° 026/2008 ...

LEIA-SE: ... Termo Aditivo ao Contrato CMS n° 022/2008 ...

EXPEDIENTE DA DIRETORIA

RETIFICAÇÃO:

No Processo nº 02150/10, publicado no D.O.L. de 20,21 e 22/11/2010.

Onde se lê: **"...DEFERIDO..."**
Leia-se: **"... INDEFERIDO..."**



Reunião na Câmara discute implantação da reserva Teodoro Sampaio

Fotos: Arnaldo A. de Jesus

Criação do Parque Teodoro Sampaio

Grupo de Trabalho mostra avanços para implantação da área verde na Mata Escura

Salvador poderá ganhar em breve um novo parque ecológico. Os avanços para a implantação da área verde Teodoro Sampaio, no bairro da Mata Escura, foram apresentados pelo Grupo de Trabalho, em reunião no auditório do anexo da Câmara, na manhã desta quinta-feira (25).

O grupo tem o apoio da vereadora Marta Rodrigues (PT), que também compõe a comissão de regulamentação jurídica. "Além da preservação ambiental, o Parque Teodoro Sampaio será um espaço de desenvolvimento para a comunidade local e atenderá a cidade", frisou.

Marta lembrou ainda que a reserva já está definida pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), no Artigo nº 227 da Lei nº 7.400/2008, como Área de Proteção de Recursos Naturais (APRN).

O espaço de 380 mil metros quadrados pertence à União. A luta do Grupo de Trabalho é para que a área ambiental seja repassada ao município o mais breve possível.

De acordo com os professores urbanistas Alcides Caldas e Liliane Mariano, um dos responsáveis pelo projeto arquitetônico do Parque, o empreendimento oferecerá espaços de lazer, de formação profissional, de preservação ambiental e cultural, além de gerar emprego e renda para os moradores da região.



O grupo volta a se reunir no dia 12 de janeiro, às 9h, no mesmo local.

Audiência pública da LOA/2011 em Itapuã

Debates têm mobilizado as comunidades, que apresentam emendas

Em continuidade ao calendário de audiências públicas que visam debater a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2011, a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização da Câmara programou para a próxima terça-feira (30), às 19h, no Colégio Estadual Lomanto Júnior, o nono debate orçamentário da cidade. O evento atenderá os Sistemas Integrados de Atendimento Regional (Sigas) de Itapuã e de Ipitanga.

As audiências nos bairros, destaca o presidente da Comissão de Finanças, vereador Sandoval Guimarães (PMDB), cumprem a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e possibilitam uma maior participação da comunidade, que assinala as demandas e pode apresentar emendas.

No mês de dezembro, no dia 2, às 19h, no Centro de Cultura da Câmara, o debate da LOA/2011 será com as lideranças do Centro e de Brotas. "A participação popular tem enriquecido o debate da Lei Orçamentária, como aconteceu nas ilhas de Salvador, quando a preservação ambiental foi um dos focos da discussão", assinala a vereadora Marta Rodrigues (PT), presença cativa em todas as audiências.

Ainda no Centro de Cultura da Câmara, no dia 4, das 9h às 17h, ocorrerá o seminário geral. No evento, os vereadores, os gestores dos Sigas e as lideranças comunitárias poderão apresentar emendas e aprofundar as discussões.

O prazo final para o envio de emendas termina no dia 6 de dezembro, às 18h. A votação em plenário, depois do parecer do relator e da publicação no Diário Oficial, está prevista para o dia 15.

O agressor na perspectiva da Lei Maria da Penha

Audiência nesta sexta, 26, tem presença da ministra Nilcéa e da senadora Lídice

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, presidida pela vereadora Tia Eron (DEM), realizará nesta sexta-feira, 26, às 9 horas, no Plenário Cosme de Farias, uma audiência pública sobre "O Agressor na Perspectiva da Lei Maria da Penha".

A ministra Nilcéa Freire e a senadora, eleita em outubro, Lídice da Mata (PSB) confirmaram presença. Além delas, representantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e da Rede de Atenção a Mulheres em Situação de Violência da Região Metropolitana de Salvador também farão parte do debate.

Tia Eron afirma que o recorte acerca do agressor na perspectiva da Lei Maria da Penha é pioneiro, de alta relevância social, necessário e vanguardista, pois não há ainda uma política pública nacional para os agressores no Brasil. "Se esta polaridade do vetor não for levada em consideração, o número de mulheres em situação de violência doméstica só tenderá a aumentar cada vez mais", enfatiza.

Segundo ela, este movimento precisa e deve ser contido, trabalhando também com a outra ponta, o agressor. "Dito de outro modo é preciso sim trabalhar para o empoderamento das mulheres para que elas rompam com o ciclo da violência, mas também este agressor precisa ser tratado, senão ele continuará torturando, oprimindo e colocando em cárcere privado as próximas mulheres", afirma a vereadora Tia Eron.





Mulheres no Poder

A ministra Nilcéa e a senadora Lídice vão participar do debate promovido por Tia Eron

Capitão Marinho lança livro no Centro de Cultura

"Exército na Segurança Pública" ressalta importância dos direitos humanos

Foi lançado na última segunda-feira (22) o livro "Exército na Segurança Pública", de autoria do Capitão Marinho, no Centro de Cultura da Câmara Municipal de Salvador. A obra ressalta a importância dos debates sobre os direitos humanos na segurança pública nacional.

Para o Capitão Marinho, é de grande importância aprofundar esta discussão relacionando segurança pública aos direitos humanos. Ele acredita que o tema ainda é debatido "de uma forma muito tímida pela sociedade".

Importantes personalidades participaram do evento. Além das vereadoras Tia Eron (DEM) e Olívia Santana (PCdoB), participaram do lançamento o ministro da Diáspora do Senegal, Anadu Fayer; o presidente da Fundação Cultural Zumbi dos Palmares, Zulu Araújo; a deputada estadual eleita pelo Estado do Rio de Janeiro, Rosângela Gomes; o presidente do Conselho Editorial da Revista Raça, Maurício Pestana; o presidente do Ilê Aiyê, Vovô do Ilê; o presidente do Instituto Steve Biko, Silvio Humberto; o professor e apresentador de TV, Jorge Portugal; o presidente do Bloco Cultural dos Negões, Walmir França; José Raimundo Santana, representando o Conselho Federal da OAB; Hélio Santos, presidente do Instituto Brasileiro de diversidade; coronel Francisco Telles, comandante da Guarda Municipal de Salvador, entre outras personalidades.




Fotos: Valdemiro Lopes

O evento no Centro Cultural foi prestigiado por personalidades e populares

